

Estudo Técnico Preliminar 98/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 23086.009815/2020-17

2. Descrição da necessidade

Conforme disposto no Documento de Formalização de Demanda (Doc. Sei! nº 0171170):

A contratação de serviços de vigilância ocorre em função dos serviços possuírem natureza continuada, imperiosos à Administração para o desenvolvimento de suas atribuições. Salienta-se que a interrupção desta prestação de serviço poderá comprometer a continuidade das diversas atividades que ocorrem na Universidade e a contratação pode estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

Considerando a importância destes serviços e o intuito de sempre melhor atender a UFVJM, Campus de Unaí, torna-se necessária a contratação de serviço de Vigilância, uma vez que não se dispõe de recursos humanos no quadro próprio para realização dessas atividades, além de ser uma atividade não finalística.

Vale ressaltar, a importância da vigilância no que diz respeito à proteção da incolumidade física dos servidores, colaboradores, alunos e bem como, de outras pessoas que se encontrem em suas dependências, o resguardo das edificações dos veículos, equipamentos e a proteção de todo o patrimônio móvel e imóvel do Campus de Unaí.

Considerando a necessidade da contratação dos serviços de vigilância, e que o atual contrato completará 60 (sessenta) meses, não mais sendo possível ser prorrogado, novo procedimento licitatório é imprescindível para a escolha de empresa que dê continuidade à prestação dos referidos serviços. O número de postos de serviço determinado nesta Solicitação de Demanda limita-se ao estritamente necessário para garantir, um ambiente seguro de trabalho e integridade do patrimônio da UFVJM, Campus de Unaí.

A UFVJM espera, com esta contratação, atingir economicidade, melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, buscando a continuidade e efetividade dos serviços prestados, os quais obedecem aos padrões de qualidade e excelência conforme as diretrizes do Plano de Gestão de Logística Sustentável (Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012) e o Projeto Esplanada Sustentável (Portaria Interministerial nº 244, de 06 de junho de 2012) do governo federal e demais legislação pertinentes ao assunto.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração do Campus de Unaí	Leandro Augusto Felix Tavares

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação conforme disposto a seguir:

4.1 Natureza do Serviço

O serviço a ser contratado se enquadra como serviço de natureza continuada, tais serviços, conforme art. 15 da IN 05/2017 são aqueles que:

*(...) visam atender à **necessidade pública** de forma **permanente e contínua**, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade*

, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

A prestação do serviço de vigilância é uma necessidade permanente e contínua da UFVJM e sua interrupção poderia comprometer o cumprimento da missão institucional desta instituição. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

A execução do serviço se dará mediante cessão de mão de obra, ou seja, quando a empresa contratada disponibiliza empregado seu para a execução de serviços contínuos nas dependências da contratante. O conceito de cessão de mão de obra advém da legislação previdenciária, destaca-se o § 3º art. 31 da Lei 8.212/91:

[...]

§ 3º Para os fins desta Lei, entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com a atividade-fim da empresa, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação.

§ 4º Enquadram-se na situação prevista no parágrafo anterior [cessão de mão-de-obra], além de outros estabelecidos em regulamento, os seguintes serviços:

I – limpeza, conservação e zeladoria;

II – vigilância e segurança;

III – empreitada de mão-de-obra;

IV – contratação de trabalho temporário na forma da Lei n.º 6.019/1974.

O Regulamento da Previdência Social e a IN 971/2009 da Receita Federal do Brasil também elenca uma série de outros exemplos de serviços que podem ser executados mediante cessão de mão de obra.

Além disso, esta contratação será realizada em regime de **dedicação exclusiva** de mão de obra, o art. 17 da IN 05/2017 apresenta certos elementos que indicam este tipo de serviço:

*Art. 17. Os **serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra** são aqueles em que o modelo de execução contratual exija, dentre outros requisitos, que:*

I - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

*Parágrafo único. Os serviços de que trata o **caput** poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III.*

A partir desta classificação, necessário ter atenção ao Gerenciamento de Riscos deste tipo de contratação, conforme art. 18 da IN 05/2017:

*Art. 18. Para as contratações de que trata o art. 17, o procedimento sobre Gerenciamento de Riscos, conforme especificado nos arts. 25 e 26, **obrigatoriamente contemplará** o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada.*

§ 1º Para o tratamento dos riscos previstos no caput, poderão ser adotados os seguintes controles internos:

I - Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; ou

II - Pagamento pelo Fato Gerador, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§2º A adoção de um dos critérios previstos nos incisos I e II do parágrafo anterior deverá ser justificada com base na avaliação da relação custo-benefício.

§ 3º Só será admitida a adoção do Pagamento pelo Fato Gerador após a publicação do Caderno de Logística a que faz referência o inciso II do § 1º deste artigo.

§ 4º Os procedimentos de que tratam os incisos do § 1º deste artigo estão disciplinados no item 1 do Anexo VII-B.

4.2 Fato Gerador ou Conta Depósito Vinculada

O art. 71 da Lei 8.666/93, definiu que a Administração não tem responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não quitados pelas empresas prestadoras de serviços, mas responde solidariamente pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, a saber:

Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

*§ 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais **não transfere à Administração Pública** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.*

§ 2º A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

No entanto, o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho é de que a Administração Pública será responsabilizada subsidiariamente pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas caso reste evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço. Dessa forma foi editada a Súmula nº 331, que consta atualmente com a seguinte redação:

SÚMULA 331 DO TST

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE

[...]

V - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

*V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta **respondem subsidiariamente**, nas mesmas condições do item IV, **caso evidenciada a sua conduta culposa** no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, **especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais** da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade **não decorre de mero inadimplemento** das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.*

Existindo a possibilidade de responsabilizar a Administração a responder subsidiariamente, caso esta tenha conduta culposa quanto à fiscalização das obrigações assumidas pela contratada, faz-se necessário então que a Administração atue no sentido de utilizar mecanismos de proteção e gestão de riscos na execução de contratos de prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, contribuindo para assegurar os recursos necessários para o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada.

Dessa maneira, a Administração Pública procurou aperfeiçoar seus mecanismos de fiscalização trazendo maior segurança jurídica aos gestores e fiscais de contrato. Atualmente existem dois mecanismos de controle interno que podem ser adotados pela Administração para o tratamento dos riscos relativos ao descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS pela contratada: **Conta-Depósito Vinculada** e **Pagamento pelo Fato Gerador**.

IN 05/2017

Art. 18. Para as contratações de que trata o art. 17, o procedimento sobre Gerenciamento de Riscos, conforme especificado nos arts. 25 e 26, obrigatoriamente contemplará o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada.

§ 1º Para o tratamento dos riscos previstos no caput, poderão ser adotados os seguintes controles internos:

I - Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; ou

II - Pagamento pelo Fato Gerador, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§2º A adoção de um dos critérios previstos nos incisos I e II do parágrafo anterior deverá ser justificada com base na avaliação da relação custo-benefício.

§ 3º Só será admitida a adoção do Pagamento pelo Fato Gerador após a publicação do Caderno de Logística a que faz referência o inciso II do § 1º deste artigo.

§ 4º Os procedimentos de que tratam os incisos do § 1º deste artigo estão disciplinados no item 1 do Anexo VII-B.

É o que dispôs também o Decreto nº 9.507, de 2018:

Art.6º Para a execução indireta de serviços, no âmbito dos órgãos e das entidades de que trata o art. 1º, as contratações deverão ser precedidas de planejamento e o objeto será definido de forma precisa no instrumento convocatório, no projeto básico ou no termo de referência e no contrato como exclusivamente de prestação de serviços.

(...)

Art. 8º Os contratos de que trata este decreto conterão cláusulas que:

V - prevejam, com vistas à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra:

*a) que os valores destinados ao pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão efetuados pela contratante à contratada somente na ocorrência do **fato gerador**; ou*

*b) que os valores destinados ao pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão depositados pela contratante em **conta vinculada** específica, aberta em nome da contratada, e com movimentação autorizada pela contratante*

Por meio do condicionamento do início da utilização destes mecanismos de controle de riscos com a publicação do caderno de logística ocorre transferência do conhecimento de forma natural e efetiva, com qualidade e alinhada com os entendimentos jurídicos e teóricos de cada tema, proporcionando ainda maior segurança jurídica aos órgãos e entidades.

A conta vinculada foi criada em meados de 2008 e também foi regulamentada por meio de Caderno de Logística, até a publicação do Caderno de Logística com a regulamentação do Pagamento pelo Fato Gerador, no ano de 2018, era o único mecanismo possível de ser utilizado.

Com a regulamentação do Pagamento pelo Fato Gerador, faz-se necessário a análise e a decisão pela adoção de um dos critérios pela Administração. Tal escolha deve ser justificada com base na avaliação da relação custo-benefício. A seguir são descritas as metodologias básicas de cada um dos mecanismos de controle interno.

A Conta-Depósito Vinculada, bloqueada para movimentação conforme Caderno de Logística específico é "um instrumento de gestão e gerenciamento de riscos para as contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. O principal objetivo deste instituto reside na garantia de existência de saldo financeiro para fazer frente aos encargos trabalhistas devidos aos funcionários contratados pelas empresas terceirizadas para a prestação de serviços em órgãos e entidades."

É uma conta aberta pela Administração em nome da empresa contratada e destina-se exclusivamente à provisão dos valores referentes ao pagamento das férias, 1/3 constitucional de férias e 13º salário, dos encargos previdenciários incidentes sobre as rubricas citadas, além dos valores devidos em caso de pagamento de multa sobre o saldo do FGTS na demissão sem justa causa, dos funcionários da empresa contratada que se encontram alocados no órgão ou entidade. Estes recursos ficam resguardados e só são liberados com expressa autorização do órgão ou entidade contratante, por meio da comprovação das despesas por parte da empresa.

Com o advento da Conta-Depósito Vinculada foi possível implementar regras para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, garantindo, dessa forma, a existência de recursos financeiros para fazer face à parte significativa dos direitos trabalhistas dos empregados terceirizados em atividade no governo federal.

No caso da Conta Vinculada, os custos relacionados aos valores para rescisão, ausências legais, auxílio-maternidade e paternidade, dentre outros, são provisionados com base em um percentual sobre a remuneração, mas caso não ocorram, revestem-se de lucro à contratada. Esta é, talvez, a maior desvantagem na utilização da Conta Vinculada.

Para a implementação da conta-depósito vinculada, o órgão ou entidade contratante deverá firmar Termo de Cooperação Técnica, com Instituição Financeira, cuja minuta constituir-se-á anexo do ato convocatório, o qual determinará os termos para a abertura da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação e as condições de sua movimentação.

Já o pagamento pelo fato gerador, conforme Caderno de Logística

Tal metodologia visa garantir que a Administração se responsabilize tão somente pelo pagamento dos custos decorrentes de eventos efetivamente ocorridos, mitigando pagamentos dos custos estimados existentes nas propostas de prestação de serviços que muitas vezes não se realizam, a exemplo de valores para rescisão, ausências legais, e os auxílios maternidade e paternidade, dentre outros.

Caso não sejam comprovados os eventos trabalhistas, dentre outros futuros e incertos, que dariam ensejo ao pagamento pela Administração, esses não comporão os custos finais para pagamento do contrato.

Por meio do Fato Gerador, faz-se necessário verificar o surgimento de cada situação que possa ensejar o pagamento pela Administração, tendo em vista que o contratado tem mera expectativa de direitos sobre o recebimento pela sua prestação de serviço, ou seja, enquanto esta não se realiza e é devidamente aferida pelo fiscal, não gera direito adquirido pelo seu recebimento.

Se a situação não ocorre, o direito do contratado não se consolida. Podem-se citar como exemplos a não ocorrência de determinadas rubricas como licenças maternidade e paternidade, óbitos na família, verbas de rescisão, ausências legais, dentre outros. O Pagamento pelo Fato Gerador garante também as verbas trabalhistas (13º salário, férias e 1/3 constitucional, multa do FGTS), tendo em vista que somente serão liberadas no momento da sua ocorrência.

Dessa forma, o contratado tem apenas mera expectativa de direitos sobre o recebimento pela sua prestação de serviço e que enquanto esta não se realiza e é devidamente aferida pelo fiscal, não há direito adquirido pelo seu recebimento. Dessa forma, eventual saldo orçamentário no encerramento do exercício, ou ao final da vigência do contrato com a empresa prestadora de serviço, não será objeto de liberação ou repasse à empresa.

Uma vantagem em relação à utilização da Conta Vinculada é que no Pagamento pelo Fato Gerador se elimina os pagamentos referentes a fatos que, apesar de previstos nos custos iniciais do contrato, muitas vezes não ocorrem, onerando os contratos de prestação de serviço em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a exemplo de valores para rescisão, ausências legais, bem como o auxílio-maternidade e paternidade, dentre outros.

O Pagamento pelo Fato Gerador prioriza o pagamento pelo resultado e tem a preocupação com a alocação eficiente de recursos públicos por meio da fixação de parâmetros e critérios para a avaliação e melhoria da qualidade da prestação de serviços sob o regime de execução indireta.

Além da análise documental para conferência dos direitos trabalhistas tutelados referentes aos contratos, é necessário que o órgão ou entidade se organize internamente para a operacionalização dos procedimentos, seja para liberar os valores pagos (caso da conta vinculada) seja para autorizar pagamentos (caso do pagamento pelo fato gerador). Ambos procedimentos são burocráticos e exigem um esforço da Administração e de seus servidores para sua concretização, sendo que o pagamento pelo fato gerador inclui mais verbas trabalhistas a serem tuteladas.

Dessa forma, como meio de analisar a viabilidade de adoção de um dos critérios, foi enviado o Ofício 67 (Doc. Sei! nº 0180871) para a Diretoria de Logística para manifestação acerca do controle a ser adotado nesta contratação, acompanhado da respectiva justificativa. A Diretoria de Logística se manifestou por meio do Ofício 309 (Doc. Sei! nº 0181668) informando que será utilizada a **Conta-Depósito Vinculada**.

4.3 Duração do Contrato

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante justificativa e no interesse da Administração, por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, de acordo com o previsto no Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

4.4 Requisitos da Empresa Contratada

A prestação de serviços de vigilância são as atividades desenvolvidas com a finalidade de proceder à vigilância patrimonial dos estabelecimentos públicos, executadas por profissional qualificado, nos termos da lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, ou seja, vigilante. Os serviços de vigilância, objeto deste estudo, consistem em serviços de vigilância armada, cuja unidade de medida utilizada são postos de trabalho com escalas de trabalho específicas.

Conforme Art. 10 da Lei 7.102/83:

Art. 10. São considerados como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de:

I - proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas;

II - realizar o transporte de valores ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga.

§ 1º Os serviços de vigilância e de transporte de valores poderão ser executados por uma mesma empresa.

§ 2º As empresas especializadas em prestação de serviços de segurança, vigilância e transporte de valores, constituídas sob a forma de empresas privadas, além das hipóteses previstas nos incisos do caput deste artigo, poderão se prestar ao exercício das atividades de segurança privada a pessoas; a estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e residências; a entidades sem fins lucrativos; e órgãos e empresas públicas.

§ 3º Serão regidas por esta lei, pelos regulamentos dela decorrentes e pelas disposições da legislação civil, comercial, trabalhista, previdenciária e penal, as empresas definidas no parágrafo anterior.

§ 4º As empresas que tenham objeto econômico diverso da vigilância ostensiva e do transporte de valores, que utilizem pessoal de quadro funcional próprio, para execução dessas atividades, ficam obrigadas ao cumprimento do disposto nesta lei e demais legislações pertinentes.

Para que as empresas de vigilância possam operar nos Estados, Territórios e Distrito federal, devem observar o disposto no art. 14 da lei nº 7.102/83, sendo requisitos essenciais para que as empresas especializadas operem nestes locais:

- Autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 da lei nº 7.102/83.
- Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo estado, Território ou Distrito Federal.

Conforme o art. 12 da referida lei, os diretores e demais empregados das empresas de vigilância não poderão ter antecedentes criminais registrado.

A contratação deverá compreender, além dos postos de trabalho, o fornecimento de todos os equipamentos, EPI's, armamento, uniformes e demais insumos para a execução do serviço de vigilância armada.

A empresa contratada deverá se responsabilizar pela guarda do armamento de seu pessoal, providenciando local específico e adequado para tal.

As empresa contratada deve realizar, semestralmente, a limpeza e a revisão do armamento.

A contratada deverá apresentar antes da execução contratual:

- Relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos “registros de arma” e “porte de arma”, que serão utilizadas pela mão de obra nos postos previstos nesta contratação.
- Comprovação de formação técnica específica da mão de obra empregada, mediante cópia de certificados de cursos de formação de vigilantes autenticados em cartório ou pelo gestor do contrato, expedido por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas, além de comprovação da validade do respectivo curso, extensão, atualização profissional e seguro de vida dos vigilantes.
- Instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

4.5 Requisitos do Cargo de Vigilante

Os serviços de vigilância serão executados por profissional qualificado nos termos da lei nº 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83.

Para o exercício da profissão, o vigilante deverá preencher os seguintes requisitos, nos termos do art. 16 da lei nº 7.102/83:

- I - ser brasileiro;
- II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- III - ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
- IV - ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei.

V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;

VI - não ter antecedentes criminais registrados; e

VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Parágrafo único - O requisito previsto no inciso III deste artigo não se aplica aos vigilantes admitidos até a publicação da presente Lei.

Destaca-se ainda que o art. 17 da lei nº 7.102/83 definiu que o exercício da profissão de vigilante requer prévio registro no Departamento de Polícia Federal, que se fará após a apresentação dos documentos comprobatórios das situações enumeradas no art. 16 da mesma lei.

Conforme art. 19 da lei nº 7.102/83 é assegurado ao vigilante:

I - uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;

II - porte de arma, quando em serviço;

III - prisão especial por ato decorrente do serviço;

IV - seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.

O vigilante deverá usar o uniforme somente quando em efetivo serviço.

Será exigida carteira de habilitação – categoria A, para aqueles vigilantes que forem ocupar postos motorizados.

4.6 Preposto

A CONTRATADA deverá indicar, mediante declaração, um preposto, aceito pela fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo administrativamente, sempre que for necessário. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

Na designação do Preposto é vedada a indicação dos próprios empregados (responsáveis pela prestação dos serviços junto à CONTRATANTE) para o desempenho de tal função.

A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas de Segurança e Medicina do Trabalho.

4.7 Critérios e Práticas de Sustentabilidade

Nos termos do artigo 2º do Decreto 7.746/2012, na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes devem adotar critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios.

Quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade, a contratada deve seguir as seguintes diretrizes ao longo da execução contratual:

I - Menor impacto sobre os recursos naturais,

II - preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local,

III- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia,

IV- Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local,

V- Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra,

VI- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais,

VII- Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

A contratação também requer que a contratada exerça práticas de sustentabilidade previstas no Termo de Referência, tendo em vista o disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – NESLIC da Advocacia-Geral da União de 2016 e

legislação que rege a matéria. Destaca-se o disposto na Instrução Normativa 01, de 19 de janeiro de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e na Instrução Normativa 10, de 12 de novembro de 2012, que deve ser cumprido naquilo que couber na execução do serviço.

E ainda, conforme **Caderno de Logística** referente à **Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial** (última versão disponível do ano de 2014), **sugere-se** a análise dos seguintes aspectos relevantes a serem incluídos no Termo de Referência e/ou na minuta de contrato:

I. Deverá ser firmado entre o órgão/entidade e a empresa contratada o acordo de nível de Serviço (anS), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea.

II. a contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

III. É de responsabilidade da contratada reservar 25% do seu quadro administrativo para mulheres e portadores de deficiência.

IV. São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa.

V. É responsabilidade da contratada a comprovação da formação técnica específica dos vigilantes, comprovadamente.

VI. É dever da contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

VII. É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

VIII. a contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

IX. a contratada deverá disponibilizar os equipamentos de Proteção individual (ePis) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

X. Só será admitido o uso de veículos eficientes, que respeitem os critérios previstos no Programa de controle da Poluição por Veículos automotores (PROconVe)/ Programa de controle da Poluição do ar por motocicletas e Veículos Similares (PRomoT) e movidos a biocombustível.

XI. a contratada deverá utilizar bicicletas em substituição aos veículos motorizados para a realização de rondas, sempre que possível, de modo a reduzir as emissões de gases poluentes.

XII. a contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das normas internas e de Segurança e medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

XIII. Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.

XIV. a contratada deverá observar a Resolução conama nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

XV. a contratada deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.

XVI. a gestão de segurança patrimonial da contratada deverá utilizar monitores LCD ou LED que reduzam o consumo de energia face aos convencionais, quando da vigilância eletrônica.

XVII. a contratada deverá utilizar planilhas eletrônicas para registro de entrada e saída de pessoas e materiais no ambiente de prestação de serviços para controlar acessos e realizar análises gerenciais, evitando o uso de papel.

XVIII. a contratada deverá eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade.

XIX. É obrigação da contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

XX. a fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência ou contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

XXI. o fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de acordos de níveis de Serviços (anS) que assegurem a qualidade, a disponibilidade, o tempo de atendimento e a correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas com as seguintes condições:

- a) Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.
- b) Suspender ou interromper o serviço por dia, salvo por motivo de força maior
- c) Permitir a presença de vigilante sem uniforme, em condições inapropriadas de apresentação ou sem crachá de identificação, por empregado e por ocorrência.
- d) não zelar pelas instalações do órgão, por posto e por dia.
- e) Deixar de fornecer os ePis, quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades aos que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.
- f) não efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência.
- g) Deixar de estabelecer cotas para mulheres e portadores de necessidades especiais, conforme definido no Termo de Referência.
- h) Deixar de observar as especificações de materiais de consumo e bens na prestação dos serviços.
- i) não adquirir materiais e bens de menor impacto ambiental quando comparados a outros similares.
- j) Deixar de destinar de forma ambientalmente adequada os resíduos e materiais adquiridos e utilizados na prestação de serviço, por ocorrência.
- k) Deixar de observar a Resolução Conama nº 401/2008 para a aquisição de pilhas e baterias, por ocorrência.
- l) não utilizar bicicletas para a realização de rondas em pequenas distâncias, sempre que possível, evitando o uso de veículos, por ocorrência.

Onde é sugerido adoção de Acordo de Níveis de Serviço (ANS) deve ser utilizado o **Instrumento de Medição de Resultados (IMR)** que substituiu o referido instrumento.

No mercado existe um grande número de empresas aptas à prestação do serviço, sendo que os requisitos aqui elencados não causam prejuízos a competitividade nem limitam a participação dos licitantes.

Os requisitos elencados neste Estudo Técnico Preliminar devem ser analisados pela unidade requisitante quanto à sua pertinência e adequação quando da elaboração do Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018 que estabeleceu os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018. A referida portaria assim dispõe em seu art. 1º:

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

[...]

XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio;

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

Não há possibilidade da UFVJM realizar concurso público para o referido cargo, tendo em vista que tais atividades não são inerentes às categorias funcionais abrangidas atualmente pelo Plano de Carreira de seus cargos administrativos (Lei nº 11.091/2005), restando a terceirização do serviço, que é inclusive prioritária como definido na portaria citada.

Tendo em vista se tratar de uma contratação de serviço, necessário realizar licitação. Conforme disposto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Art. 37, Inc. XXI da Constituição Federal de 1988).

A Lei 8.666/93 estabeleceu as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A referida lei ratificou o comando constitucional para a obrigatoriedade de licitação e trouxe as hipóteses em que o processo licitatório pode não ser realizado, na forma de dispensa ou inexistência de licitação.

A contratação em apreço **não se enquadra** nas hipóteses de dispensa e inexistência elencadas pela Lei 8.666/93, devendo ser precedida de processo licitatório.

A licitação além de visar a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, busca garantir diversos princípios conforme art. 3º da Lei 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O objeto a ser licitado, pelo seu impacto institucional e com base nas justificativas mencionadas no processo, possui natureza continuada, podendo ser prorrogado com base no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 que prevê a possibilidade de prorrogar a duração de contratos cujo objeto seja a execução de serviços contínuos, até sessenta meses.

Nesse sentido é a definição apresentada pela Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES em seu art. 15:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Parágrafo único. A contratação de serviços prestados de forma contínua deverá observar os prazos previstos no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

O TCU segue o mesmo entendimento para classificar um serviço como contínuo: O caráter contínuo de um determinado serviço é definido pela sua **essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.**” (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.).

Os serviços são considerados “comuns” pois enquadram-se na classificação nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520:

Art. 1º Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

A Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES em seu art. 14, parágrafo único estipula ainda que a classificação como comum independe da complexidade do serviço, bastando que ele possa ser objetivamente definido no edital:

Art. 14. Os serviços considerados comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado.

*Parágrafo único. Independentemente de sua complexidade, os serviços podem ser enquadrados na condição de serviços comuns, desde que atendam aos requisitos dispostos no **caput** deste artigo.*

Por se tratar de um serviço comum, cujo padrão de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos, a licitação e dará na modalidade pregão, do tipo eletrônico, que encontra fundamento no parágrafo único do artigo 1º e no § 1º do artigo 2º da Lei nº 10.520/2002:

*Art. 1º Para aquisição de **bens e serviços comuns** poderá ser adotada a **licitação na modalidade de pregão**, que será regida por esta Lei.*

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 2º (VETADO)

§ 1º Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.

Da mesma forma, restam atendidos o §3º do artigo 1º do Decreto nº 10.024/2019:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

[...]

§ 3º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

O Pregão Eletrônico pode ser tradicional ou por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP.

Em um pregão tradicional, a licitação tem por finalidade uma compra ou contratação específica. Após o procedimento licitatório e assinatura do contrato administrativo, o objeto é entregue ou executado e o processo é encerrado.

Por outro lado, a licitação por SRP destina-se a registrar preços de fornecedores, que assumem o compromisso de entregar os bens ou executar os serviços durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e nas condições nela estipuladas, para contratações eventuais futuras, que poderão ocorrer quantas vezes forem necessárias, dentro do prazo de validade da ata, respeitadas as condições nela estipuladas.

A utilização do sistema de registro de preços somente deve ser adotada quando há justificativa embasada nas disposição do art. 3º do Decreto 7.892/2013.

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

No caso em apreço, por se tratar de um serviço continuado, em regime exclusivo de dedicação de mão de obra e não havendo características que justifiquem a adoção do sistema de registro de preços, o tipo de licitação a ser adotado é o pregão tradicional.

A alternativa escolhida é a que no momento melhor atender às necessidades da Administração, conforme informado pela unidade requisitante e respectiva área técnica. É uma contratação usual em diversos órgãos públicos. A título de exemplo, foram identificadas as seguintes contratações similares à pretendida em outros órgãos e entidades da administração pública:

- Pregão Eletrônico nº 023/2019

Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União - TCU no Estado de Roraima - SEC-RR

Objeto: o a contratação de serviço continuado de vigilância armada nas dependências da Secretaria do Tribunal de Contas da União no Estado de Roraima - SEC-RR, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações constantes do termo de referência em anexo.

Forma de Contratação: Pregão Tradicional

- Pregão Eletrônico nº 03/2020

Órgão/Entidade: Polícia Federal do Acre

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços continuado de vigilância ostensiva armada, com dedicação de mão de obra exclusiva, para atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre e suas Descentralizadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Forma de Contratação: Pregão Tradicional

- Pregão Eletrônico 06/0202

Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de vigilância armada 12x36, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Forma de Contratação: Pregão Tradicional

6. Descrição da solução como um todo

O objeto deste estudo compreende a contratação de empresa para prestação, de forma contínua, de serviços terceirizados de vigilância armada com dedicação exclusiva de mão de obra e equipamentos para atender às necessidades da UFVJM, Campus de Unaí.

Tendo em vista o modo de execução do serviço se dar em regime de dedicação exclusiva de mão de obra faz-se necessário estimar as categorias profissionais que serão empregadas no serviço de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Conforme Ofício nº 18 (Doc. 196794) foi definido o cargo, atividades, uniformes e equipamentos necessários para a efetiva prestação dos serviços:

Cargo: VIGILANTE - CBO 5173-30

Descrição das atividades do cargo de acordo com o MTE:

Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos, comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

Descrição das Tarefas a serem realizadas pelo Vigilante:

- 01 – Comunicar imediatamente à Administração do Campus, bem como ao responsável pelos Vigilantes, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 02 – manter afixado no Posto em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
- 03 – observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Campus, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da UFVJM, bem como as que entender oportunas;
- 04 – permitir o ingresso na Instituição somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- 05 – fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações de acordo com orientações determinadas pela Contratante;
- 06 – repassar para os vigilantes que estão assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada na Instituição e suas imediações;
- 07 – iniciar as atividades efetuando a leitura do livro de ocorrências, para tomar conhecimento dos eventos registrados no plantão anterior;
- 08 – comunicar à Administração do Campus, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Instituição;
- 09 – colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Instituição, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- 10 – proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração;
- 11 – proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pelos vigilantes e à do Administração do Campus, no caso de desobediência;
- 12 – proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos servidores e da Instituição;
- 13 – proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- 14 – executar as rondas constantes no Campus conforme a orientação recebida da Instituição verificando as dependências da Instituição, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- 15 – zelar pela guarda do patrimônio e exercer a vigilância da Instituição, percorrendo-a sistematicamente e inspecionando suas dependências para evitar incêndios, roubos, entradas de pessoas estranhas e outras anormalidades;
- 16 – assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
- 17 – manter-se nos Postos, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- 18 – registrar e controlar, diariamente, a frequência e a pontualidade pessoal, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços;
- 19 – atender de forma cortês;
- 20 - garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;
- 21 – zelar pela ordem, segurança, organização da área sob sua responsabilidade;
- 22 – executar outras tarefas que venham a ser determinadas pela UFVJM compatíveis com as atividades de sua profissão.

Fornecimento de Uniforme, EPI's e Equipamentos:

A contratada deverá fornecer uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo acordo, convenção ou Dissídio coletivo de Trabalho a que se vincular.

A seguir estão estimados os uniformes, materiais, epi's e equipamentos que a contratada deverá fornecer de acordo com a retificação do Ofício 26 (Doc. Sei! nº 0224435) e andamento dos estudos:

- Do uniforme para vigilantes motorizados:

- 02 calças táticas apropriadas para vigilantes;
- 01 jaqueta apropriada para serviço de vigilância;
- 02 Camisas (mangas curtas);
- 02 pares meias;
- 01 Boné bordado com logomarca da contratada;
- 01 Crachá – cartão de identificação;
- 01 Apito com cordão – conjunto;
- 01 Cinto de Nylon – características adicionais: porta carregador e porta cassetete;
- 01 par de luvas;
- 01 Capa para chuva – estilo motoqueiro;
- 01 Par de coturno.

NOTA:

1. O uniforme deverá ser substituído no prazo máximo de 72 horas, quando sofrer algum tipo de dano que o torne impróprio para o uso;
2. Além disso, deverá ser apropriado para exercício da função de vigilância e ser disponibilizado conforme forma de fornecimento descrita na tabela à frente.

- Dos equipamentos de proteção e dos equipamentos e materiais necessários para exercício da função:

1. **MOTO PARA RONDAS** - com padrão de qualidade da marca Honda modelo NXR 150 Bros, similar ou superior para uso, inclusive em trilha, de no máximo 2 anos de fabricação, com giroflex e sirene; (01 UNIDADE EQUIPADA CONFORME A DESCRIÇÃO)
2. **GASOLINA COMUM PARA MOTOCICLETA** – (MÉDIA DE 1,2 LITRO POR DIA)
3. **BASTÃO ELETRÔNICO DE CONTROLE DE RONDA, COM DESCARTE DE INFORMAÇÕES VIA USB E BOTONS** (01 SISTEMA COM PONTOS DE MONITORAMENTO DA FREQUÊNCIA DE RONDA)
4. **CAPACETE TIPO ROBOCOP** - (01 UNIDADE)
5. **BINÓCULO DE LONGO ALCANCE** (01 UNIDADE)
6. **REVÓLVER CALIBRE 38** (01 UNIDADE)
7. **MUNIÇÃO CALIBRE 38** (CONFORME CAPACIDADE DO REVÓLVER)
8. **LIVRO DE OCORRÊNCIAS** (01 UNIDADE)
9. **CANETAS ESFEROGRÁFICAS** (04 UNIDADES AZUL OU PRETA)
10. **CASSETETE TIPO TONFA**; (01 UNIDADE)
11. **LANTERNA MANUAL RECARREGÁVEL LED**, capacidade mínima de 1600mAh, pilha recarregável. (01 UNIDADE) Pilhas para lanterna 2 vezes a capacidade da lanterna
12. **COLETE – APROPRIADO PARA SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, COM COLDRE E ACESSÓRIOS** (04 UNIDADES)

- Da Forma de Fornecimento e Quantidade:

ITEM	QUANTIDADE	FORMA DE FORNECIMENTO
CALÇA TÁTICA	02 unidades	Uma vez por ano - individualmente
JAQUETA	01 unidade	Somente uma vez * - individualmente

CAMISA MANGA CURTA	02 unidades	Uma vez por ano - individualmente
MEIAS	02 pares	Uma vez por ano - individualmente
BONÉ COM LOGOMARCA	01 unidade	Uma vez por ano - individualmente
CRACHÁ	01 unidade	Somente uma vez * - individualmente
APITO COM CORDÃO	01 conjunto	Somente uma vez * - individualmente
CINTO NYLON	01 unidade	Uma vez por ano - individualmente
CAPACETE	01 unidade	Somente uma vez – uso coletivo
CAPA DE CHUVA	01 unidade	Somente uma vez * - individualmente
COTURNO	01 par	Semestralmente - individualmente
MOTOCICLETA PARA RONDA	01 unidade	Somente uma vez durante a vigência do contrato – uso coletivo
BASTÃO DE CONTROLE DE RONDA	01 unidade	Somente uma vez durante a vigência do contrato. Substituir, em caso de danificação.
BINÓCULO DE LONGO ALCANCE	01 unidade	Somente uma vez – uso coletivo
REVÓLVER CALIBRE 38	01 unidade	Somente uma vez – uso coletivo
MUNIÇÃO REVOLVER	10 unidades	Somente uma vez – uso coletivo
LIVRO DE OCORRÊNCIA	01 unidade	Somente uma vez – uso coletivo
CANETA ESFEROGRÁFICA	04 unidades	Uma vez por ano– uso coletivo
CASSETETE TIPO TONFA	01 unidade	Somente uma vez– uso coletivo
LANTERNA	01 unidade	Somente uma vez – uso coletivo
COLETE PARA VIGILÂNCIA	04 unidades	Somente uma vez - individualmente
LUVAS	04 pares	Somente uma vez* – uso coletivo
GASOLINA MOTOCICLETA	1,33 litro/dia	Média de 1,33 (um vírgula trinta e três) litro por dia

NOTA:

1. **IMPORTANTE:** A jaqueta, o crachá, o apito com cordão, a capa para chuva, o colete e a luva deverão ser fornecidos aos funcionários contratados – individualmente - uma única vez durante todo o período de vigência do contrato, entretanto, deverão ser substituídos, assim como os outros itens que compõe o uniforme, no prazo de 72 horas, em caso de dano que os torne inapropriados para uso;
2. **DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL MOTOCICLETA** – conforme levantamento feito pelo requisitante Leandro Augusto Félix Tavares o consumo médio de combustível é de aproximadamente 1,33 l/dia o que equivaleria a um valor total diário de R\$ 6,54 (média de preço praticado em Unai R\$ 4,92 litro), levando em consideração a ronda de aproximadamente 40 km/dia com consumo médio do veículo de 30 mk/l;
3. O combustível para funcionamento da motocicleta deverá ser fornecido pela contratada;
4. A placa balística, que compõe o item colete, poderá única e ser usada coletivamente;
5. O coturno deverá ser fornecido semestralmente e individualmente, durante a vigência contratual, devido ao desgaste de uso. Entretanto, caso seja observado o bom estado do calçado e não havendo a necessidade de substituição, o valor correspondente deverá ser glosado na fatura do período.

Todos os itens a serem disponibilizados devem ser trocados pela CONTRATADA caso estejam danificados, ou ao final de sua vida útil, devendo ser substituídos no prazo de 72 horas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme disposto na IN 05/2017 em relação aos serviços de vigilância:

ANEXO VI-A SERVIÇO DE VIGILÂNCIA

1. Deverá constar do Projeto Básico ou Termo de Referência para a contratação de serviços de vigilância:
 - a) a **justificativa** do número e das características dos Postos de Serviço a serem contratados; e
 - b) os quantitativos dos diferentes tipos de Posto de Vigilância, que serão contratados por Preço Mensal do Posto.

[...]

8. Os órgãos ou entidades da Administração Pública Federal deverão realizar **estudos visando otimizar os postos de vigilância**, de forma a extinguir aqueles que não forem essenciais, substituir por recepcionistas aqueles que tenham como efetiva atribuição o atendimento ao público e definir diferentes turnos, de acordo com as necessidades do órgão ou entidade, para postos de escala 44h semanais, visando eliminar postos de 12 x 36 h que ficam ociosos nos finais de semana.

Dessa forma, por meio do Ofício 69 (Doc. Sei! nº 0180934) foram solicitadas informações à área técnica requisitante sobre o tema, sendo que a mesma apresentou a justificativa das quantidades solicitadas por meio do Ofício 18 (Doc. Sei! 0196794):

*O Campus de Unai da UFVJM fica afastado do centro da cidade aproximadamente 15km, além disso fica próximo da rodovia **BR 251** o que pode facilitar o acesso de pessoas mal-intencionadas; não conta com guarita para controle do acesso de pessoas e também não possui muros em suas margens. Outro fator importante a se destacar, é a grande quantidade de bens materiais pertencentes ao Patrimônio Público que o Campus possui, distribuídos entre o prédio de sala de aula e administrativo e a FESP. Nesse sentido, justifica-se a contratação de serviços de vigilância ininterruptamente motivado pela necessidade de garantir a inviolabilidade dos bens patrimoniais da Instituição, impedindo sua depredação, deterioração provocada, furto, roubo e outras ações que possam configurar dano ao patrimônio público e, essencialmente, objetiva preservar as instalações e garantir a integridade física de toda a comunidade acadêmica, visitantes e servidores, em tempo ininterrupto.*

Embora o Campus conte com serviços terceirizados de portaria, o tipo de atribuição do cargo é mais específico e pontual, o qual exerce controle de movimentação de pessoas, objetos e veículos e orientação de pessoas no prédio do Pavilhão de Salas de Aula, onde localiza-se também a parte administrativa do Campus.

Com base em pesquisa realizada com alguns servidores e estudo técnico preliminar concluiu-se ser imprescindível a contratação dos serviços de forma continuada, vez que o Campus não dispõe de recursos humanos no quadro de pessoal para a realização dessas atividades, além disso as instalações do Campus não são cercadas, o que facilita a entrada e saída de pessoas e também devido à grande quantidade de bens público que o Campus possui.

No estudo e planejamento, cogitou-se também a reestruturação e redução nos postos, principalmente o diurno, com a possibilidade de reduzir para apenas 01 vigilante durante o dia, que trabalharia 44 horas semanais de segunda à sexta e uma parte do sábado, no entanto essa alternativa mostra-se inviável a longo prazo principalmente porque o patrimônio ficaria propenso a ser violado nos finais das semanas quando há pouca movimentação de servidores e funcionários no Campus ou nos dias de folga do vigilante, o que poderia ocasionar prejuízos maiores - acima do valor da contratação por tempo integral dos serviços.

Finalmente, no estudo não fica explícito uma outra alternativa de vigilância, de menor preço, disponível no mercado, ao modelo atual que atendesse de forma eficiente as necessidades peculiares do Campus.

Então, a seguir estão descritas as quantidades de postos a serem contratadas:

- 01 posto de vigilância armada e motorizada 12 x 36 - noturno:

1 (um) posto de vigilância armada que adotará a seguinte escala de trabalho: 12 horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, no horário de 18h às 06h.

- 01 posto de vigilância armada e motorizada, com turno 12 x 36 - diurno:

1 (um) posto de vigilância armada que adotará a seguinte escala de trabalho: 12 horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, no horário de 06h às 18h.

O Caderno de Logística de Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial (última versão ano de 2014) estabelece a unidade “posto de vigilância” como unidade a ser adotada nos contratos administrativos. A Portaria nº 21.262, de 23 de setembro de 2020, recém publicada, trouxe que os Cadernos de Logística serão elaborados observando no mínimo as seguintes escalas:

I - Posto de Vigilância: 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;

II - Posto de Vigilância: 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas; e

III - Posto de Vigilância: 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

Pode-se constatar que a escala pretendida pela Administração está contemplada no disposto pela Portaria 21.262/2020.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Conforme IN 40/2020:

Art. 7º Com base no documento de formalização da demanda, as seguintes informações deverão ser produzidas e registradas no Sistema ETP digital:

[...]

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Em relação aos serviços de terceirização de mão de obra, seu orçamento é mais complexo que os demais serviços de natureza continuada. É necessário elaborar o orçamento estimado por meio de planilha de custos e formação de preços. Deve-se ter atenção para que integre ao cálculo, além das questões salariais e direitos trabalhistas, o custo de uniformes, equipamentos e EPI's.

A IN 05/2017 ao discriminar as diretrizes para a elaboração do Projeto Básico ou Termo de Referência definiu que:

*2. São diretrizes específicas a cada elemento do **Termo de Referência ou Projeto Básico**:*

[...]

2.9 Estimativa de preços e preços referenciais:

a) Refinar, se for necessário, a estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais realizados nos Estudos Preliminares;

b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da **identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços**, definidos da seguinte forma:

b.1. por meio do **preenchimento da planilha de custos e formação de preços**, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;

b.2. por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares; ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso; e

b.3. previsão de regras claras quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a regras de depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço.

Dessa forma, sempre que possível, o orçamento deve ser elaborado na forma de planilha, tendo seus custos unitários conhecidos. O detalhamento de custos é informação imprescindível inclusive para a verificação da existência de recursos orçamentários para custear a contratação pretendida.

Além de orientar a Administração, a planilha de custos serve como modelo a ser utilizado pelas licitantes para formularem suas propostas, nesse sentido dispõe a IN 05/2017:

ANEXO VI-A

SERVIÇO DE VIGILÂNCIA

1. Deverá constar do Projeto Básico ou Termo de Referência para a contratação de serviços de vigilância:

a) a justificativa do número e das características dos Postos de Serviço a serem contratados; e

b) os quantitativos dos diferentes tipos de Posto de Vigilância, que serão contratados por **Preço Mensal do Posto**.

[...]

4. Para cada tipo de Posto de Vigilância, deverá ser apresentado pelos proponentes o respectivo Preço Mensal do Posto, calculado conforme a planilha de custos e formação de preços, contida no Anexo VII-D, desta Instrução Normativa.

[...]

7. O Caderno de Logística conterá as especificações exemplificativas para a contratação de serviços de vigilância, devendo ser adaptadas às especificidades da demanda de cada órgão ou entidade contratante.

A IN 05/2017 fixou, no Anexo VII-D, modelo de planilha de custos e formação de preços para contratos de terceirização. Tal modelo será utilizado para a elaboração da referida planilha. Recentemente, com a publicação da Portaria nº 21.262, de 23 de setembro de 2020, foram estabelecidos os procedimentos referenciais para a composição da planilha de custos e formação de preços nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, executados de forma contínua ou não, em edifícios públicos, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Para os serviços de vigilância, será publicado no Portal de Compras do Governo Federal o referido Caderno de Logística. Até o momento da confecção deste estudo preliminar, está disponível o Caderno de Logística referente à Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial do ano de 2014. Dessa forma, o referido caderno foi sugerido como base para a elaboração da planilha de custos e formação de preços pela Contadora da UFVJM.

A seguir estão documentados os métodos e parâmetros que serão utilizados para a estimativa de preços e elaboração da planilha de custos:

Cargo

VIGILANTE - CBO 5173-30

Convenção Coletiva de Trabalho

A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, para a elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços dos postos, foi considerado o piso salarial estabelecido na convenção coletiva de trabalho do sindicato dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços ora terceirizados, vigentes neste ano no Município/Estado em que os serviços serão prestados e a observação do salário mínimo vigente.

Foi utilizada a **Convenção Coletiva de Trabalho nº MG000665/2019** (Doc. Sei! nº 0210006).

A Administração não se vinculará a disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Auxílio Transporte

Os trabalhadores irão executar suas atividades na seguinte localidade:

Campus Unai - Endereço : Av. Universitária nº 1000 – Bairro Universitários - CEP: 38610-000.

Em Unai o valor da tarifa de Transporte Coletivo Urbano de Passageiro é de **R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos)** conforme Contrato de Concessão nº 001/2016 (Doc. Sei! nº 0211833). Por meio de e-mail a CPL da Prefeitura de Unai confirmou o valor da tarifa, mas ressaltou que é usualmente cobrado R\$ 3,10 ((três reais e dez centavos). Tendo em vista se tratar de dado oficial, será utilizado o valor de R\$ 3,15.

Fornecimento de EPI's, Uniformes e Equipamentos

A estimativa do custo dos uniformes, equipamentos e epi's para fins de composição da planilha de custos foi realizada pela área técnica requisitante conforme Declarações de Composição de Custos e orçamentos anexos aos autos do processo. Foram realizadas pesquisas de mercado seguindo os parâmetros da Instrução Normativa 73/2020. Os valores estimados para os equipamentos, utensílios, uniformes e E.P.I's, apurados na pesquisa de preços, foram compilados em planilhas por posto, considerando a depreciação, com valores mensais para cada posto, obtendo assim o custo estimado do material necessário ao desempenho das atividades.

Os equipamentos não devem ser cotados na planilha pelo valor da aquisição integral, mas apenas o valor equivalente à taxa de depreciação anual, ou seja, deve ser provisionado anualmente o custo de depreciação do equipamento e não o valor total do bem. Caso não se utilizasse essa metodologia, a Administração poderia cometer o erro de remunerar o contratado, ao fim de um ano, pelo custo de aquisição integral do equipamento. Isso poderia gerar graves danos ao erário.

O prazo de vida útil e a taxa de depreciação anual foram definidos a partir do Parecer 13 (Doc. Sei! nº 0215491), bem como, da periodicidade de troca dos uniformes e materiais. Ressalta-se que trata-se apenas de estimativa para a composição da planilha de custos.

Fornecimento de Combustível

Tendo em vista se tratar de vigilância motorizada, a Contratada deverá fornecer o combustível para abastecimento da moto.

Foi calculado consumo médio de combustível de aproximadamente 1,33 o que equivaleria a um **total diário de R\$ 6,54** (média de preço praticado em Unai R\$ 4,92 litro), uma vez que a ronda é de aproximadamente 40 km/dia com consumo médio de 30 ml/l. (Doc. Sei! nº 0224435)

Estimativa Anual (base 365 dias) = **R\$ 2.387,10**

Estimativa final do Valor da Contratação

Para a estimativa final do valor da contratação será elaborada pela contadora da UFVJM a Planilha de Custos e Formação de Preços, em consonância com a determinação da IN 005/2017, conforme solicitado por esta equipe por meio do Ofício 90 (Doc. Sei! nº 0226511). A planilha de custos será utilizada para a elaboração do Termo de Referência pela unidade requisitante.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas;

No caso em apreço, salvo melhor juízo, não deve ser aplicado à presente demanda, a divisão do objeto geraria perda de economia de escala, no mercado existe um grande número de empresas aptas à prestação do serviço em tela como um todo, sem prejuízo da competitividade. Há ainda a finalidade de viabilizar um melhor gerenciamento dos serviços prestados, evitando o desperdício de recursos, e buscando minimizar os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade desses serviços. Desta maneira será mais eficiente para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, evitando a celebração excessiva de contratos o que resultaria na dificuldade de acompanhamento. A licitação será dividida em lotes/grupos, e sua adjudicação pelo preço global do grupo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal.

Contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas combinadas ao objeto principal para sua completa prestação.

No caso em apreço, não se vislumbram contratações correlatas e/ou interdependentes para a solução ser contratada e o serviço prestado.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A referida contratação está contemplada no Plano Anual de Contratação (PAC) da UFVJM para o ano de 2020, por se tratar de contrato de terceirização a Pró-Reitoria de Administração - PROAD incluiu no Plano Anual de Contratações esta demanda. (PAC 2020 - item número 3220).

12. Resultados Pretendidos

Como resultados pretendidos se busca garantir a segurança e a proteção do patrimônio da UFVJM, patrimônio este público, contra ações lesivas de terceiros, como atentados às instalações, furto ou roubo de equipamentos, bem como invasões que possam perturbar a ordem no ambiente de trabalho e agressões à Comunidade Universitária da UFVJM.

A UFVJM espera com esta contratação, atingir economicidade, melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, buscando a continuidade e efetividade dos serviços prestados. Por meio da contratação indireta busca-se melhorar a qualidade do gasto público, permitindo o foco das instituições para o desempenho de suas atividades finalísticas e alinhadas aos seus propósitos estratégicos, sempre com foco na entrega de serviços públicos que impactem positivamente a sociedade.

A UFVJM também se preocupa em atingir impactos ambientais positivos, dessa forma, a contratada observará os critérios e práticas de sustentabilidade especificadas no Decreto nº 7.746/2012 e na IN SLTI nº 1/2010, naquilo que couber para esta contratação, bem como, os demais critérios definidos no Termo de Referência.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado. Para a fiscalização dos serviços conforme IN 05/2017, deverá ser providenciada capacitação continuada dos servidores para atuarem na contratação e fiscalização.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A execução do objeto da pretensa contratação, salvo melhor juízo, não apresenta impactos ambientais que importem em medidas preventivas de tratamento ou de compensação. A contratada deverá seguir os critérios de sustentabilidade definidos no Termo de Referência para mitigação de possíveis riscos. Tais critérios já foram citados neste Estudo Preliminar no tópico "Requisitos da Contratação".

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação é viável, considerando que a contratação está prevista no Plano Anual de Contratações 2020, bem como o presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 040/2020/SEGES/ME. O valor da contratação será estimado por meio de planilha de custos e formação de preços e devem ser compatíveis e caracterizar a economicidade para a Administração, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

16. Responsáveis

PORTARIA/PROAD Nº 208, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

ANÚBIA ALESSANDRA DE BARROS SILVA
Administrador

PORTARIA/PROAD Nº 208, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

CARLA FERNANDA PAZ DE OLIVEIRA
Assistente em Administração

PORTARIA/PROAD Nº 208, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

EVANDRO DA SILVA SOUTO
Assistente em Administração

PORTARIA/PROAD Nº 208, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

BERNARDO CINTRA TEODORO

Administrador